

RELATO DE EXPERIÊNCIA\*

**Protagonismo indígena no Brasil contemporâneo: agendas políticas e produções  
intelectuais, artísticas e midiáticas**

Flávia Pereira Machado<sup>1</sup>

**Resumo:** Em vista da (in)visibilidade das populações indígenas na escrita e ensino da história em uma perspectiva ocidental, proponho a reflexão, junto às licenciandas e licenciandos em História do IFG/Campus Goiânia, sobre os agenciamentos indígenas em relação às suas demandas, reivindicações e movimentações políticas, bem como a estruturação de narrativas outras por meio das expressões artísticas, midiáticas e intelectuais produzidas por indígenas. Por meio do uso de procedimentos didáticos do amplo espectro das metodologias ativas, as/os acadêmicas/os realizaram o levantamento das produções indígenas e de suas agendas de modo a vislumbrar suas posições enquanto produtores e agentes de sua própria história. Assim, o presente relato de experiência evoca tais atividades e reflexões junto à turma do sétimo período de História do semestre 01/2024, evidenciando os limites e as possibilidades da disciplina de História e Cultura Indígena no âmbito da formação docente em uma dimensão intercultural crítica.

**Palavras-chaves:** protagonismo indígena; história e cultura indígena; formação docente.

### **Introdução**

A (in)visibilidade das populações indígenas ao largo da história do Brasil é um dos efeitos da colonialidade demarcada pelo processo de colonização das Américas e a imposição da “raça” enquanto principal elemento de classificação das sociedades humanas na conquista da América (Quijano, 2005). Tal projeto civilizatório, violento e excludente localizou as

---

<sup>1</sup> Licenciada em História (UEG); Mestra e Doutora em História (UFG). Professora EBTT (IFG/Campus Goiânia). Senador Canedo-GO. E-mail: [flavia.ifg.machado@gmail.com](mailto:flavia.ifg.machado@gmail.com). Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6711879413660894>.

\* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 4ª ED. REALIZADO 10 DE FEVEREIRO A 13 DE ABRIL DE 2024.

populações colonizadas na marca do não-humano, sendo assim, sujeitas ao extermínio, à escravização e ao epistemídio.

A colonialidade impacta em todas as dimensões da vida social das populações indígenas no Brasil, principalmente, na denegação de suas existências e práticas culturais, econômicas, políticas e sociais como formas inteligíveis de dar sentido às suas vidas e à composição de suas comunidades. Desse modo, incide na desestruturação das comunidades, das formas de socialidades e sustentabilidade, provocando muitas vezes o etnocídio (cf. Segato, 2012).

Frente a estas questões, proponho, a partir da minha atuação enquanto professora formadora de novas professoras e professores<sup>2</sup>, problematizar a invisibilidade das/dos indígenas em face da colonialidade do poder, do ser, do saber e do gênero (cf. Lugones, 2020; Walsh, 2019), principalmente, na localização destas e destes enquanto agentes históricos partícipes de todo o processo histórico e produtores de epistemes e sentidos para suas existências e vivências.

Nesse sentido, a demarcação do protagonismo indígena no estabelecimento de suas identidades étnicas, em processos de “revitalização” de suas culturas e comunidades, na retomada e/ou defesa de seus territórios ancestrais e nas lutas pelo reconhecimento de suas humanidades e direitos sociais e políticos, evidencia o quanto as populações indígenas nunca estiveram à margem da História (Smith, 2018). Apesar da exclusão ou do congelamento destes/as no passado na produção historiográfica, as populações indígenas existem, resistem e (re)existem a partir de suas próprias estratégias de luta e sobrevivência, seja por meio do isolamento, seja na ocupação dos espaços até então a eles/as negados.

Após mais de 500 anos de colonização, etnocídio e epistemídio indígenas, apenas em 2008 foi promulgada uma lei que determina a obrigatoriedade do ensino de história e cultura indígena nas escolas de educação básica, a lei 11.645/2008<sup>3</sup>. A lei é identificada como um avanço em termos legais, considerando que impõe às instituições de formação inicial docente a necessidade de repensar o campo formativo dos/das professores/as e mesmo a produção historiográfica, de modo a atender as novas demandas. Um outro efeito é sobre a própria escola, os materiais didáticos e a composição de currículo.

---

<sup>2</sup> Atuo como professora da disciplina “Ensino de História e Cultura Indígena” no 7º período da Licenciatura em História, do IFG/Campus Goiânia.

<sup>3</sup> Sobre a lei 11.645/2008 cf. Kayapó; Brito (2014); Silva; Souza (2016).

Considerando os impactos da lei nas instituições de formação docente, especialmente, a de professores/as de História, como mencionado, é importante evidenciar o quanto isso tem de fato merecido a atenção necessária na matriz curricular dos cursos de licenciatura e de que modo também há um movimento de repensar a própria História escrita e ensinada. No caso da Licenciatura em História em que atuo, algumas disciplinas trazem as populações indígenas, porém, isso ocorre de forma muito pontual. Apenas uma disciplina em toda a matriz é voltada para a discussão específica do Ensino de História e Cultura Indígena. Dessa forma, a disciplina se sobrecarrega com as defasagens de toda uma formação na educação básica e na licenciatura.

Em vista desses limites, a atividade foi desenvolvida junto às/aos alunas/os do 7º período da Licenciatura em História do IFG/Campus Goiânia. O objetivo central foi de identificar os/as indígenas como agentes históricos e sujeitos/as de direitos, evidenciando seu protagonismo por meio de suas lutas na contemporaneidade e a localização destes/as em diferentes espaços públicos, políticos e culturais. Para tanto, foi proposto o mapeamento das principais demandas e agendas das populações indígenas na contemporaneidade; o levantamento das produções intelectuais, literárias, cinematográficas e mídias sociais realizadas por intelectuais/artistas/influenciadores indígenas; e a discussão sobre como essas produções e a ocupação desses espaços diversos colocam essas populações e sujeitas/os como partícipes do processo de construção histórica, política, econômica e cultural do Brasil.

### **Desenvolvimento:**

A promulgação da lei 11.645/2008 se tornou um marco na legislação educacional no Brasil, ao complementar a lei 10.639/03, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afrodescendente nas escolas de educação básica, assim como do ensino de história e cultura indígena. Sem me adentrar nos avanços e limites da lei, me interessa compreender os impactos desta na formação inicial de professores/as de História, considerando que, na leitura de Luisa Tombini Wittmann (2016), a formação efetiva de professores é condição *sine qua non* para a implementação da lei.

Em vista do cumprimento da referida lei, no processo de reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História do IFG em 2018<sup>4</sup>, foi inserida na matriz curricular do curso a disciplina de “Ensino de História e Cultura Indígena”<sup>5</sup>. De acordo com o PPC do curso, o objetivo da disciplina é o de

Problematizar a escrita da história sobre e pelos indígenas, elencando a multiplicidade de fontes, temas e metodologias no ensino da história e cultura indígena em sala de aula em cumprimento ao disposto pela Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008 e no sentido de aproximação com as novas perspectivas no campo da educação, cultura, história e linguagem a partir da decolonialidade na produção do conhecimento histórico e de uma educação intercultural. (IFG, 2018, p. 106-107).

Apesar do atraso de dez anos em relação à promulgação da lei, a disciplina se coloca como um referencial importante para a formação ofertada pela instituição, considerando que se debruça sobre as temáticas indígenas na escola, além de possibilitar o questionamento da matriz ocidental de conhecimento e de escrita e ensino de história<sup>6</sup>. Nos limites deste relato de experiência, estabeleço como recorte as atividades desenvolvidas junto à turma do semestre 2024/1 da disciplina mencionada.

Considerando a necessidade de experimentação de práticas docentes que incentivem a autonomia, o pensamento crítico-reflexivo e a criatividade, a atividade didática proposta foi realizada a partir da perspectiva de uma sala de aula inovadora. Para tanto, me apropriei dos procedimentos didáticos metodológicos no amplo espectro das metodologias ativas (cf. Camargo; Daros, 2018; Moran, 2018; Soares, 2021). A perspectiva é de que o processo de aprendizagem é ativo e ocorre no decorrer de nossas vidas, a partir do enfrentamento de desafios cada vez mais complexos e na resolução de situações-problema que surgem em todas as dimensões de nossa existência.

Dessa maneira, as metodologias ativas enfatizam o papel protagonista dos/das sujeitos/as, visando seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do

---

<sup>4</sup> O PPC do Curso de Licenciatura em História do IFG (2018) pode ser consultado em <http://cursos.ifg.edu.br/info/lic/lic-historia/CP-GOIANIA>.

<sup>5</sup> A disciplina compõe o eixo das disciplinas pedagógicas na organização da matriz curricular do curso, com 54 horas/aula, a ser ofertada no 7º período do curso.

<sup>6</sup> Não cabe neste relato minha análise em relação aos limites e às possibilidades da disciplina. Apenas para fins de posicionamento, é importante salientar que a proposta da lei é de transversalidade na formação básica de alunas/os, o que implica em uma formação docente que não se limite a tratar a questão indígena apenas no âmbito de uma disciplina.

processo de ensino-aprendizagem, sob orientação da/o professora/r. Assim, elas são vistas como estratégias de ensino centradas na participação efetiva das/dos licenciandas/os na construção do processo de aprendizagem, de maneira flexível, interligada e híbrida. Com base nessa perspectiva, a proposta didática, inicialmente, foi pensada a partir de cinco etapas, visando a autonomia discente.

A primeira etapa visou o levantamento dos conhecimentos prévios das/dos licenciandas/os em relação às populações indígenas no Brasil. Como estratégia de ensino foi utilizada a “tempestade de ideias” (*brainstorming*). A partir de sete questões norteadoras, os/as discentes deveriam construir um organograma com palavras ou frases curtas em resposta a estas: 1) Quem são os indígenas? 2) Onde vivem os indígenas? 3) Que lugares ocupam? 4) Como aparecem na escola? 5) Como aparecem no curso de Licenciatura em História? 6) Como aparecem na TV, no Cinema, na Literatura e nas demais mídias sociais? 7) Como ensinar sobre indígenas? Após esse momento, o espaço seria dedicado à socialização das respostas, a discussão sobre os estereótipos, ausências e apagamentos da presença indígena em todos os espaços.

Com base na proposta de um método de ensino por meio da pesquisa realizada pelos/as alunos/as, visando a “atitude de pensar historicamente, compreendendo-se como parte de processos históricos, sobretudo se forem realizadas atividades voltadas para a questão da memória” (Santos, 2011, p. 5), a segunda etapa consistiu na pesquisa sobre as principais demandas/agendas das populações indígenas e as produções intelectuais, artísticas, midiáticas e a posterior apresentação dos resultados em sala de aula.

A terceira etapa se centrou na realização de aulas expositivas-dialogadas em uma perspectiva freireana (cf. Coimbra, 2018), a partir da leitura de referenciais bibliográficos sobre a temática indígena. Dentro do prazo previsto para a implementação do projeto foram contemplados três debates: 1) conceitos fundamentais para pensar a questão indígena (Collet; Paladino; Russo, 2011); 2) etno-história e história indígena (Cavalcante, 2011); e 3) pesquisa ocidental e elaboração de uma agenda de pesquisa indígena (Smith, 2018). Tais debates pressupõem a incorporação de subsídios teórico-metodológicos de enfrentamento dos reducionismos, das violências coloniais e do silenciamento das populações indígenas na produção dos conhecimentos acadêmicos e escolares.

A proposta didática previa, ainda, quarta e quinta etapas, sendo a quarta etapa a organização de uma exposição no pátio do IFG nos turnos matutino (para alunas/os do Ensino Médio Integrado à Formação Profissional) e vespertino (para alunas/os das licenciaturas) sobre as “*Vozes Indígenas no Brasil Contemporâneo: protagonismo, lutas e produções*”. A exposição teria como suporte as contribuições de Petersen e Bergamaschi (2012) em relação à realização de semanas indígenas na perspectiva de ações e reflexões interculturais. A finalização da atividade (5ª etapa) seria com o processo avaliativo da proposta didática e as reflexões e diálogos possibilitados pela exposição.

### **Resultados:**

Para Linda Smith (2018), pesquisadora e educadora indígena maori, o imperialismo e sua expressão específica, o colonialismo, estruturam a experiência indígena e são parte da história e da versão destes da modernidade. Sob a égide do progresso e da civilização, os colonizadores instituíram processos de desumanização das populações colonizadas, descredibilização das suas histórias e das formas de organização e compreensão do mundo por parte dos povos indígenas. Processos esses que permanecem, tendo em vista que o “imperialismo ainda fere, ainda destrói e se reformula constantemente” (Smith, 2018, p. 31)<sup>7</sup>.

Diante das mazelas e violências provocadas pelo processo de colonização, em suas facetas econômicas, ideológicas, culturais, sociais e políticas, os povos indígenas, enquanto grupo internacional, são alçados a desafiar, compreender e compartilhar linguagens para falar “a respeito da história, da sociologia, da psicologia e das políticas do imperialismo e do colonialismo como uma narrativa épica de grande devastação, de uma luta dolorosa, e da persistente sobrevivência” (Smith, 2018, p. 31). Assim, o enfrentamento dos efeitos perversos do imperialismo e do colonialismo por parte das populações indígenas se centra na luta pela autodeterminação, do acesso a direitos como a terra, a saúde, a educação e outros, bem como na descolonização das práticas de pesquisa, de escrita e de definição de teorias a partir das perspectivas indígenas. Tendo em vista que a escrita, a história e a teoria, de acordo a autora,

---

<sup>7</sup> Para os/as pensadores/as do Grupo Modernidade/Colonialidade, o legado do colonialismo na contemporaneidade, mesmo com o fim da colonização, enquanto fenômeno histórico marcado no tempo e no espaço, é compreendido a partir do conceito de colonialidade. A esse respeito, cf. Mignolo (2017); Quijano (2005).

estão interligadas para formar terrenos-chave nas quais a pesquisa ocidental sobre o mundo indígena se constituiu como ferramenta de dominação e negação das humanidades, das territorialidades e do controle sobre o passado, pode-se afirmar que

Existem inúmeras histórias orais que relatam a experiência do que significa e do que se sente ao estar presente quando a própria história é apagada diante de seus olhos, descartada como algo irrelevante, ignorada ou simplesmente percebida como devaneios lunáticos de velhos *borrachos*. A negação das perspectivas indígenas sobre a história atendeu a uma necessidade imperiosa da ideologia colonial durante o seu processo impositivo. Tal negação se entende em parte porque tais perspectivas eram consideradas evidentemente “primitivas” e “incorretas”; contudo, mais fundamental ainda, porque elas desafiavam e resistiam à missão colonizadora. (Smith, 2018, p. 43; grifos da autora).

A partir dessas considerações, a proposta didática implementada foi fundamentada nas epistemologias decoloniais e contra-coloniais, na interculturalidade crítica e na pedagogia emancipatória (hooks, 2013; Freire, 2023). Além do compromisso de evocar as histórias indígenas e as perspectivas indígenas sobre suas agências e protagonismos com o intuito de ruptura com o modelo ocidental de ciência e de história (Krenak, 2019; Smith, 2018).

A atividade foi desenvolvida junto à turma da disciplina de Ensino de História e Cultura Indígena, como já mencionado. No levantamento dos conhecimentos prévios das/dos alunas/os, por meio da tempestade de ideias, identifiquei dois grupos similares de respostas em relação às populações indígenas: de um lado, a grande maioria da turma, composta por doze alunos/as, trouxeram diversos estereótipos em relação à localização destes (na floresta), a fenótipos (características físicas, vestuários, práticas culturais) e das formas como estas representações são reproduzidas/reforçadas no campo escolar, na programação televisiva, na literatura, no cinema e nas mídias sociais. Por outro lado, uma parte da turma evidenciou a ausência das sujeitas/os indígenas nos meios midiáticos, televisivos, cinematográficos, assim como, do tratamento da temática indígena na escola de maneira mais aprofundada, aparecendo apenas em momentos pontuais. Da mesma forma, algumas alunas relataram que, durante o curso de licenciatura, as populações indígenas são apresentadas em contextos específicos, geralmente, vinculados à história colonial. Tais apontamentos trazidos pela turma se encontram com o disposto por Edson Kayapó e Tamires Brito (2014):

As escolas e seus currículos, por sua vez, sutilmente vêm acompanhando a ação genocida do Estado brasileiro, seja no silenciamento desses povos na história e no estudo da História, na transformação de suas culturas em folclore nacional, ou ainda condenando-os a um passado longínquo da História nacional. Os povos indígenas são oportunamente lembrados nas aulas de História que tratam da “descoberta do Brasil”, da montagem do sistema colonial e, eventualmente, em momentos pontuais da recente história brasileira. (Kayapó; Brito, 2014, p. 39, grifo do autor e da autora).

As apreensões das/dos licenciandas/os sobre a ausência/ presença indígena nos currículos escolares, nas disciplinas da formação em História e nas demais mídias que acessam no cotidiano, revelam a continuidade do projeto de apagamento/negação das histórias indígenas e de ocultamento da condição de sujeitos/as históricos/as, ora localizando as populações indígenas em um passado cristalizado (Kayapó; Brito, 2014), ora os colocando em uma posição secundária em relação à obra civilizatória portuguesa. A roda de conversa que se seguiu dentro da proposta da primeira etapa da atividade revelou, ainda, uma preocupação de grande parte da turma com as razões da permanência desses estereótipos e da constituição de currículos escolares e acadêmicos, de produções culturais, midiáticas e intelectuais que contestam as existências indígenas para além dessas representações.

Com vistas a questionar tais apagamentos em relação aos protagonismos, agenciamentos e produções das populações indígenas a turma foi dividida em dois grupos para a realização de pesquisa e socialização dos resultados. Ao grupo 1 foi solicitado o levantamento das principais demandas e agendas das populações indígenas na contemporaneidade. Enquanto o grupo 2 se responsabilizou pelo levantamento das produções intelectuais, literárias, cinematográficas, mídias sociais realizadas por intelectuais, artistas e influenciadores/as indígenas.

Os resultados das pesquisas realizadas pelos grupos foram socializados em sala, com o objetivo de refletir sobre a posicionalidade e a representatividade indígena nos espaços públicos, políticos e artísticos. Em relação às demandas e às agendas das populações indígenas, a pesquisa realizada pelo grupo 1 foi dividida em cinco temáticas: direitos indígenas na Constituição Federal de 1988; educação; meio ambiente; terra; e saúde. As informações e os dados trazidos pelo referido grupo foram buscados na própria Constituição, em artigos científicos e reportagens disponibilizadas digitalmente. Apesar das conquistas significativas apresentadas pelo grupo, faltou a este relacionar tais avanços, retrocessos e as violências

identificadas com a atuação das populações indígenas enquanto sujeitos de direitos e das ações do Movimento Indígena organizado.

No tocante às produções intelectuais, artísticas e midiáticas a cargo do grupo 2, foi realizado um trabalho interessante de levantamento de diversos/as escritores/as, artistas, lideranças políticas, influenciadores/as, entre outras personalidades que se destacam no mundo indígena e na ocupação de diversos espaços como a televisão, a internet, o cinema, a literatura, a música, entre outros. Além do grupo realizar também a identificação de algumas obras cinematográficas como “Xingu, o coração do Brasil”, “A festa dos encantados”, “Raoni” “Ex-Pajé”, entre outros. O grupo se restringiu ao mero levantamento de personalidades e obras nas diversas áreas, sem que houvesse a realização de uma leitura crítica em relação à importância da ocupação desses espaços por estas/es sujeitas/os.

A terceira parte da proposta didática incidiu na leitura dos referenciais bibliográficos indicados anteriormente. O debate dos conceitos de “índio” e “indígena”; “tribo”; “etnia”; “cultura” e “identidade” foi significativo para a desconstrução dos preconceitos presentes na linguagem e para o combate ao epistemicídio das populações indígenas. A discussão em torno da etno-história e história indígena apontou os subsídios teórico-metodológicos em que a disciplina se assenta. Por fim, o questionamento da pesquisa ocidental e a composição de uma perspectiva indígena de pesquisa possibilitaram revisitar as críticas à matriz ocidental da ciência e da história (enquanto disciplina), direcionando para a necessidade das histórias, epistemes e teorias advindas das populações indígenas organizadas em movimentos locais, nacionais e internacionais, em busca da autodeterminação, da justiça social e epistêmica. Os textos foram apresentados por diferentes alunas, porém, com pouco engajamento da turma em relação aos debates.

As demais etapas da proposta didática não foram realizadas, tendo em vista dois fatores: 1) o prazo para sua realização (até o dia 17 de março) e a ocorrência de diversas atividades institucionais alheias à disciplina<sup>8</sup>; e 2) a decretação da greve geral do IFG a ser iniciada em 03 de abril<sup>9</sup>.

---

<sup>8</sup> Os encontros da disciplina ocorrem às segundas e quintas, no período vespertino.

<sup>9</sup> Apesar de a greve ter sido decretada para uma data posterior à realização da atividade e da elaboração do relatório, as etapas seriam desenvolvidas.

## Conclusão

A proposta didática intencionou a visibilização dos/as indígenas como agentes históricos e sujeitos/as de direitos, evidenciando seu protagonismo por meio de suas lutas na contemporaneidade e a localização destes/as em diferentes espaços públicos, políticos e culturais. Tal objetivo foi cumprido a partir do trabalho de pesquisa realizado pela turma e pelas discussões demandadas em sala de aula.

O exercício de pesquisa é importante para a autonomia dos/das discentes em processo de formação docente, porém, é de fundamental relevância a mediação docente para que este exercício se transforme em atividade reflexiva, diante das informações e dados coletados. Como uma atividade inicial da disciplina foi muito válida no sentido de possibilitar aos/às discentes um olhar mais acurado para as representações e visibilidades das populações indígenas, que ocupam diversos espaços e posições no mundo da política, das artes, das mídias sociais, das diversas profissões e produções.

As pesquisas e os debates incidem em um movimento de sensibilização para a necessidade de ruptura, continuidade e de transmutação de nossos saberes e conhecimentos aprendidos na vida, na escola e na academia que negam a existência de outras possibilidades, mundos e interpretações históricas emergidas das populações negras, indígenas e periféricas. É preciso romper com o “abuso da razão” (Krenak, 2019) e incorporar os sentimentos, as emoções, a vida pulsante para além da estigmatização, da negação, da política de morte, em que o conhecimento histórico se funda e opera ainda na contemporaneidade. Considerando que “a ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos” (Krenak, 2019, p. 22-23).

A proposta didática é apenas o início de um longo processo de descolonização das ideias, da vida, da política e da escrita e ensino da história, tão necessários para a construção de futuros possíveis e necessários à sobrevivência do que chamamos humanidade. Trazer ao centro do debate as vozes indígenas silenciadas na construção da razão, da modernidade e da civilização ocidental é fundamental para a composição de outras narrativas. “Por que elas vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente?” (Krenak, 2019, p. 19). Ao encontro da questão de Ailton

Krenak, considero que é preciso não apenas visibilizar/audibilizar as histórias indígenas, é urgente a tarefa de reconfigurar a teoria e a constituição da própria ideia de história enquanto ciência. Assim, não nos cabe apenas demarcar a presença indígena na história, é fundamental reconfigurar o campo historiográfico, o campo teórico e o campo epistemológico que sustentam a história acadêmica e a história escolar, bem como desvelar as relações de poder que estruturam os currículos escolares e acadêmicos e perpetuam as desigualdades, a necropolítica e os epistemícidios.

Nos limites deste relato, é preciso estabelecer uma leitura crítica em relação ao meu trabalho junto à turma em processo de formação docente. Um curso de quatro anos e com uma carga horária extensa de formação específica, pedagógica e prática, contempla a discussão sobre as populações indígenas no campo da história apenas em uma disciplina ofertada ao final do curso; disciplina esta com uma carga horária reduzida e com o peso de toda uma trajetória escolar e acadêmica marcada pela ausência da história indígena ou do tratamento das questões indígenas de maneira crítica. Outro ponto significativo é também a impossibilidade de se constituírem trajetórias de pesquisa entre os/as licenciandas/os, considerando que ao se matricularem na disciplina já estão em processo de escrita dos trabalhos de conclusão de curso. Nesse sentido, a disciplina por si só e a proposta didática são apenas um ponto de partida.

De uma maneira geral, o curso tem possibilitado o aprofundamento dessas reflexões e do movimento de redefinição do plano de ensino da disciplina por mim ofertada. As aulas instigam novas práticas pedagógicas, novas leituras e a compreensão dos limites e possibilidades da lei 11.645/2008 e de toda a relação entre as populações indígenas, o Estado e a constituição dos conhecimentos sobre essas.

Nas fronteiras do possível e do impossível nos cabe sonhar e construir um futuro ancestral a partir dos conhecimentos produzidos pelos e sobre os povos indígenas. Encerro este relato com as belas e provocativas palavras de Ailton Krenak para quem a queda neste mundo é inevitável, sendo assim, precisamos inventar e fabricar paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos:

De que lugar se projetam os paraquedas? Do lugar onde são possíveis as visões e o sonho. Um outro lugar que a gente pode habitar além dessa terra dura: o lugar do sonho. Não o sonho comumente referenciado de quando se está cochilando ou que a gente banaliza “estou sonhando com o meu próximo emprego, com o próximo carro”, mas que é uma experiência transcendente na qual o casulo do humano implode, se

abrindo para outras visões da vida não limitada. (Krenak, 2019, p. 65-66, grifo do autor).

## Referências Bibliográficas

- CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno história: questões sobre conceitos, métodos e relevância de pesquisa. In: **História** (São Paulo), v. 30, n. 1, pp. 349-371, jan/jun 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/j9CyCym5St8xmR4pn9HtcvD/abstract/?lang=pt>.
- CAMARGO, Fausto. DAROS, Thuinie. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- COLLET, Célia. PALADINO, Mariana. RUSSO, Kelly. “Esclarecendo alguns conceitos importantes”. In: **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas**. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria; Laced, 2014, pp. 11-15.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 56ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- IFG. **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História do IFG**. Goiânia: IFG, 2018.
- KAYAPÓ, Edson. BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme – Revista de Humanidades**, Caicó, vol. 15, n. 35, pp. 38-68, jul.-dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/7445>. Acesso em 02 abr. 2024.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, pp. 52-83.
- MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 32, n. 94, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 02 abr. 2024.

MORAN, José. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian. MORAN, José (Orgs.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018, pp. 01-25.

PETERSEN, Ana Maria. BERGAMASCHI, Maria Aparecida. SANTOS, Simone Valdete dos. Semana indígena: ações e reflexões interculturais na formação de professores. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida *et al.* (Orgs.). **Povos indígenas & Educação**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012, pp. 189-199.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: CLACSO. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005, pp. 117-142.

SANTOS, Fernanda Cássia dos. O ensino através da pesquisa em aulas de história no Ensino Médio. **História e Diversidade**, vol. 1, p. 59-77, 2011. Disponível em: [http://www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/docs/edicoes/Artigo\\_Ensino\\_de\\_Historia.pdf](http://www.unemat.br/revistas/historiaediversidade/docs/edicoes/Artigo_Ensino_de_Historia.pdf).

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES**, vol. 18, pp. 106-131, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. Acesso em 02 abr. 2024.

SILVA, Edson. SOUZA, Neimar Machado de. Revisão bibliográfica sobre o ensino da temática indígena na escola. In: SOUZA, Fábio Feltrin de. WITTMANN, Luisa Tombini (orgs.). **Protagonismo indígena na história**. Tubarão-SC: Copiart; Erechim-RS: UFFS, 2016, pp. 255-286.

SMITH, Linda Tuhiwai. **Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas**. Curitiba: UFPR, 2018.

SOARES, Cristine. **Metodologias ativas: uma nova experiência de aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2021.

WALSH, Catherine. Interculturalidade e decolonialidade do poder: um pensamento e posicionamento “outro” a partir da diferença colonial. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pelotas**, vol. 5, n. 1, jan.-jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/revistadireito/article/view/15002>. Acesso em 20 mar. 2024.

WITTMANN, Luisa Tombini. Formação de professores na temática indígena. In: SOUZA, Fábio Feltrin de. WITTMANN, Luisa Tombini (Orgs.). **Protagonismo indígena na história**. Tubarão-SC: Copiart; Erechim-RS: UFFS, 2016, pp. 287-311.